FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 23/04/2024 - 05:59

Pacote de crédito para compra da casa própria é anunciado

O presidente Lula e o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social) no anúncio do pacote Gabriela Biló/Folhapress

Pacote incentiva crédito para baixa renda, MEI e habitação

Impulso a empréstimos é obsessão de Lula para fomentar atividade econômica

Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta segunda-feira (22) um programa para estimular o crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociar dívidas de pequenos negócios.

A MP (medida provisória) prevê ainda iniciativas para impulsionar o mercado imobiliário. Como mostrou a **Folha**, o governo vai autorizar a estatal Emgea (Empresa Gestora de Ativos) a comprar parte da carteira de crédito imobiliário de bancos para liberar dinheiro novo e turbinar a compra da casa própria.

O texto ainda facilita atração de investimentos estrangeiros. O impulso ao crédito e ao investimento é uma obsessão do presidente para tentar ativar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

O programa, batizado de Acredita, foi lançado durante cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do chefe do Executivo e de outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Márcio França (Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). Ele é dividido em quatro eixos.

Famílias de baixa renda no Cadastro Único

O primeiro deles prevê uma linha de microcrédito para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único de programas sociais. O governo vai disponibilizar uma garantia de até R$ 500 milhões em 2024 para que esses indivíduos consigam acessar a linha com uma taxa de juros mais vantajosa —o dinheiro do fundo dá segurança de que a instituição financeira receberá o pagamento em caso de inadimplência.

A MP também autoriza que outros R$ 500 milhões sejam ofertados como garantia. A previsão do governo é disponibilizar essa parcela no ano que vem.

De acordo com o Planalto, o público-alvo da linha de microcrédito serão as famílias que atuam na informalidade, especialmente aquelas que são chefiadas por mulheres, além de pequenos produtores rurais.

As operações devem ficar disponíveis a partir de julho. O governo diz que a meta é realizar, até 2026, cerca de 1,25 milhão de transações de microcrédito, com valor médio de cerca de R$ 6.000. A previsão é injetar mais de R$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

Pequenos negócios

Segundo eixo foca nos pequenos negócios e prevê quatro tipos de ações. A primeira é o Desenrola Pequenos Negócios, renegociação de dívida para MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas (com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões). O formato segue os mesmos moldes do Desenrola lançado para pessoas físicas no ano passado.

Empreendedores poderão, até o fim do ano, negociar as dívidas atrasadas até a assinatura da MP. Para estimular a adesão, o governo vai conceder crédito presumido aos bancos no valor renegociado, a ser usado entre 2025 e 2029. A medida, na prática, melhora a posição de capital das instituições financeiras, abrindo espaço no balanço para a concessão de novos empréstimos.

De acordo com o Executivo, a renúncia fiscal com o crédito presumido foi estimada em R$ 18 milhões em 2025 e R$ 3 milhões em 2026, sem impacto em 2027.

O governo também vai renegociar as dívidas do Pronampe, programa de crédito criado durante a pandemia de Covid-19 para ajudar micro, pequenas e médias empresas. Será criado também um limite expandido, de 50% do faturamento bruto anual, para companhias que tenham mulheres como sócias majoritárias ou administradoras.

Outra ação é o Procred 360, uma linha de crédito especial para MEIs e microempresas (com faturamento anual até R$ 360 mil). Quem quiser acessar a modalidade pagará juros equivalentes à Selic (hoje em 10,75% ao ano) mais 5% ao ano —taxa menor que a do Pronampe. Segundo o ministro Márcio França (Empreendedorismo), a nova linha contará com R$ 4 bilhões em garantias do FGO (Fundo Garantidor de Operações).

O Sebrae, por sua vez, também vai ampliar as linhas de crédito com garantia do Fampe (Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas). A entidade colocou mais R$ 2 bilhões no fundo e espera, nos próximos três anos, disponibilizar R$ 30 bilhões em crédito por meio de bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e agências de desenvolvimento.

Mercado imobiliário

O terceiro eixo foca no mercado imobiliário. Na chamada securitização, a Emgea compra das instituições financiadoras o direito de receber as parcelas a serem pagas pelos mutuários no futuro. Com o dinheiro, os bancos podem dar novos empréstimos, algo que não seria possível se o recurso ficasse travado no balanço.

A Emgea foi criada em 2001 para administrar parte da carteira de crédito habitacional da Caixa com inadimplência elevada. Ela hoje desenvolve soluções financeiras para a recuperação desses créditos, mas não tem autorização legal para fazer securitização.

A estatal tem um crédito bilionário a receber do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), criado na década de 1960 para garantir o pagamento integral dos contratos do antigo SFH (Sistema Financeiro de Habitação). A dívida é paga pelo Tesouro Nacional.

Em entrevista coletiva, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) confirmou que a Emgea tem cerca de R$ 10 bilhões a receber do FCVS, como antecipou a **Folha**. A ideia é que a empresa use o dinheiro para comprar parte da carteira de crédito imobiliário dos bancos (não só da Caixa, mas também de outras instituições que operam essas linhas), que poderiam direcionar o recurso para alavancar novos empréstimos.

Eco Invest

O quarto e último eixo, chamado de Eco Invest, busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações bruscas na taxa de câmbio. O governo considera que esse é um dos principais entraves ao maior ingresso de recursos internacionais no Brasil e vê na iniciativa uma forma de atrair capital para financiar projetos sustentáveis.

O programa Acredita

Famílias de baixa renda no Cadastro Único
Governo vai disponibilizar garantia de até R$ 500 milhões em 2024 para que indivíduos obtenham crédito mais vantajoso

Pequenos negócios
Renegocia dívidas para MEIs, micro e pequenas empresas, nos moldes do Desenrola

Mercado imobiliário
Emgea compra das financiadoras direito de receber parcelas pagas pelos mutuários no futuro

Eco Invest
Busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações cambiais

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Copyright © Clipclap 2025.